Crises migratórias e proteção internacional: desafios contemporâneos em Ceuta, Mianmar e nos 75 anos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados

Crisis migratorias y protección internacional: desafíos actuales en Ceuta, Myanmar y en el 75.º aniversario de la Convención sobre el Estatuto de los Refugiados

Migration Crises and International Protection: Contemporary Challenges in Ceuta, Myanmar, and the 75th Anniversary of the Convention Relating to the Status of Refugees

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O presente informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta um panorama de acontecimentos recentes relacionados à migração e ao refúgio, com destaque para a crise migratória em Ceuta, os 75 anos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e o possível naufrágio de embarcações com refugiados rohingya na costa de Mianmar. A crise em Ceuta teve início em 30 de julho de 2026, quando cerca de 60 mil pessoas atravessaram a fronteira entre Marrocos e o enclave espanhol, provocando uma grave sobrecarga dos serviços públicos, dezenas de mortes e uma resposta emergencial do governo espanhol, que reforçou o controle das fronteiras e intensificou a cooperação com Marrocos. O episódio mobilizou a União Europeia, reacendeu o debate sobre a governança migratória e foi explorado politicamente por grupos de extrema direita para defender políticas migratórias mais restritivas. O texto também destaca os 75 anos da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, ressaltando sua relevância como principal instrumento internacional de proteção às pessoas refugiadas, embora alerte para os desafios impostos pelo crescimento das políticas restritivas de controle migratório. Além disso, aborda a preocupação da OIM e do ACNUR com o possível naufrágio de duas embarcações que transportavam mais de 500 refugiados rohingya na costa de Mianmar, evidenciando a persistência dos riscos enfrentados por populações deslocadas e a necessidade de fortalecer a cooperação internacional, as operações de busca e salvamento e os mecanismos de proteção humanitária.

Palavras-chave: Migração; Refúgio; Proteção internacional; Governança migratória.

Resumen: *El presente informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, ofrece una visión general de los acontecimientos recientes relacionados con la migración y el refugio, con especial énfasis en la crisis migratoria en Ceuta, los 75 años de la Convención sobre el Estatuto de los Refugiados y el posible naufragio de embarcaciones con refugiados rohingya en la costa de Myanmar. La crisis en Ceuta comenzó el 30 de julio de 2026, cuando cerca de 60 mil personas cruzaron la frontera entre Marruecos y el enclave español, lo que provocó una grave sobrecarga de los servicios públicos, decenas de muertes y una respuesta de emergencia del gobierno español, que reforzó el control de las fronteras e intensificó la*

cooperación con Marruecos. El episodio movilizó a la Unión Europea, reavivó el debate sobre la gobernanza migratoria y fue explotado políticamente por grupos de extrema derecha para defender políticas migratorias más restrictivas. El texto también destaca los 75 años de la Convención sobre el Estatuto de los Refugiados, resaltando su relevancia como principal instrumento internacional de protección de las personas refugiadas, aunque alerta sobre los desafíos que plantea el aumento de las políticas restrictivas de control migratorio. Además, aborda la preocupación de la OIM y el ACNUR por el posible naufragio de dos embarcaciones que transportaban a más de 500 refugiados rohingya en la costa de Myanmar, lo que pone de manifiesto la persistencia de los riesgos que enfrentan las poblaciones desplazadas y la necesidad de fortalecer la cooperación internacional, las operaciones de búsqueda y rescate y los mecanismos de protección humanitaria.

Palabras clave: *Migración; Refugio; Protección internacional; Gobernanza migratoria.*

Abstract: *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refugees and Global Health, provides an overview of recent developments related to migration and refugee issues, with a particular focus on the migration crisis in Ceuta, the 75th anniversary of the Convention Relating to the Status of Refugees, and the reported shipwreck involving boats carrying Rohingya refugees off the coast of Myanmar. The crisis in Ceuta began on July 30, 2026, when approximately 60.000 people crossed the border between Morocco and the Spanish enclave, placing severe pressure on public services, causing dozens of deaths, and prompting an emergency response from the Spanish government, which strengthened border controls and intensified cooperation with Morocco. The episode mobilized the European Union, reignited debates on migration governance, and was politically exploited by far-right groups to advocate for more restrictive migration policies. The report also marks the 75th anniversary of the Convention Relating to the Status of Refugees, emphasizing its enduring importance as the principal international legal instrument for the protection of refugees while highlighting the challenges posed by the growing adoption of restrictive migration control policies. In addition, it addresses the concerns expressed by the International Organization for Migration (IOM) and the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) regarding the possible shipwreck of two boats carrying more than 500 Rohingya refugees off the coast of Myanmar. The incident underscores the persistent risks faced by displaced populations and the need to strengthen international cooperation, search and rescue operations, and humanitarian protection mechanisms.*

Keywords: *Migration; Refugees; International protection; Migration governance.*

Crise Migratória em Ceuta: Causas, efeitos e manipulações

Contextualização

A crise migratória em Ceuta teve início em 30 de julho de 2026, quando aproximadamente 60 mil pessoas provenientes do Marrocos atravessaram, por via terrestre e marítima, a fronteira em direção ao enclave espanhol localizado no norte da África. O intenso fluxo migratório ocorreu em poucas horas, provocando uma rápida sobrecarga da capacidade operacional da cidade e resultando em dezenas de mortes (até o momento foram contadas ao menos 72 mortes) durante as tentativas de travessia[1,2].

Ceuta e Melilla constituem as únicas fronteiras terrestres entre a União Europeia e o continente africano. Embora sejam reivindicadas por Marrocos desde sua independência, em

1956, ambas permanecem sob administração espanhola há mais de cinco séculos e são reconhecidas internacionalmente como parte do território espanhol. Em razão de sua posição geográfica, os dois enclaves consolidaram-se como importantes pontos de entrada para migrantes e refugiados que buscam alcançar o território europeu[2].

A maior parte das pessoas que chegaram a Ceuta era composta por jovens marroquinos, incluindo milhares de crianças e adolescentes desacompanhados. As travessias ocorreram por diferentes pontos da fronteira terrestre e marítima, especialmente pela praia de Tarajal, enquanto novos cruzamentos também foram registrados em Melilla. Em uma cidade com aproximadamente 84 mil habitantes, a chegada de um contingente populacional dessa magnitude provocou impactos imediatos sobre os serviços públicos, a capacidade de acolhimento e a segurança local, levando as autoridades a classificarem a situação como uma emergência humanitária e operacional[1,2].

Nas primeiras horas da crise, milhares de pessoas permaneceram concentradas em diferentes áreas de Ceuta, enquanto as forças de segurança enfrentavam dificuldades para controlar simultaneamente a fronteira, realizar operações de resgate no mar, identificar os migrantes e organizar espaços de acolhimento. A elevada presença de menores desacompanhados e a continuidade das tentativas de travessia agravaram ainda mais a capacidade de resposta das instituições locais, aproximando a cidade de um cenário de colapso operacional[1].

O episódio ocorreu em um contexto de tensões diplomáticas entre Espanha e Marrocos, associado às disputas envolvendo o Saara Ocidental e à cooperação bilateral para o controle das fronteiras. Entre os fatores apontados para o aumento das travessias está uma recente decisão do Supremo Tribunal espanhol que restringiu as devoluções imediatas de migrantes interceptados no mar, circunstância que teria sido explorada por redes de tráfico de pessoas para incentivar novos deslocamentos em direção aos enclaves espanhóis[2].

Nos dias seguintes ao início da crise, Marrocos reforçou os controles fronteiriços e passou a impedir novos deslocamentos em massa, enquanto milhares de migrantes retornaram ao território marroquino. Apesar da redução do fluxo migratório, permaneceram os desafios relacionados ao acolhimento das pessoas que permaneceram em Ceuta, à gestão da fronteira e às repercussões diplomáticas entre os dois países[3,4].

Reações do governo espanhol

Diante da rápida deterioração da situação, o governo espanhol mobilizou efetivos adicionais da Polícia Nacional, da Guarda Civil e das Forças Armadas para Ceuta e Melilla, reforçando a vigilância terrestre, marítima e da barreira fronteiriça. Veículos militares, embarcações e patrulhas passaram a atuar em diferentes pontos da cidade para conter novas tentativas de travessia e restabelecer o controle da fronteira[1,3].

Além das ações de segurança, foram organizados espaços provisórios de acolhimento para atender as pessoas que permaneceram no enclave e iniciados procedimentos de identificação dos recém-chegados, com atenção especial ao elevado número de crianças e adolescentes desacompanhados. Paralelamente, as autoridades espanholas intensificaram as negociações com Marrocos para acelerar o retorno daqueles que haviam ingressado de forma irregular e reforçar a cooperação bilateral na gestão da fronteira[1,3].

As forças de segurança relataram dificuldades para administrar o elevado volume de chegadas, uma vez que precisavam conciliar o controle da fronteira com operações de resgate, assistência humanitária, identificação dos migrantes e manutenção da ordem pública. Esse cenário levou autoridades locais a classificarem a situação como próxima de um colapso operacional, diante da insuficiência dos recursos disponíveis para responder à dimensão da crise[1].

No plano político, o primeiro-ministro Pedro Sánchez deslocou-se para Ceuta e classificou o episódio como uma violação da integridade territorial da Espanha, afirmando que o Estado utilizaria todos os recursos necessários para garantir a segurança da cidade autônoma e preservar a soberania nacional (1,3). O governo também atribuiu parte da intensificação do fluxo migratório à atuação de redes de tráfico de pessoas, que teriam explorado mudanças recentes na interpretação judicial sobre as devoluções imediatas de migrantes interceptados no mar[2].

À medida que Marrocos reforçou os controles na fronteira e interrompeu novos deslocamentos em massa, o fluxo migratório foi gradualmente reduzido. O governo espanhol afirmou ter restabelecido o controle da situação em menos de 48 horas, mantendo, entretanto, o reforço das operações de segurança e o acompanhamento permanente da situação humanitária em Ceuta[3,4].

Reações da comunidade global

A crise migratória em Ceuta teve ampla repercussão internacional e mobilizou diferentes governos e instituições europeias. Em resposta ao aumento do fluxo migratório e às tensões entre Espanha e Marrocos, a União Europeia convocou uma reunião de emergência para discutir a situação e avaliar medidas coordenadas para o fortalecimento da gestão das fronteiras externas do bloco[3,4].

Vinte e dois Estados-membros da União Europeia divulgaram uma carta conjunta dirigida às principais lideranças das instituições europeias, defendendo uma resposta comum à crise e alertando para o risco de que a percepção de facilidade de entrada irregular no território europeu estimulasse novos fluxos migratórios e comprometesse a política comum de migração da União Europeia[4].

Apesar das manifestações de solidariedade à Espanha por parte de diversos países e das instituições europeias, a crise também evidenciou divergências entre os Estados-membros. A Itália anunciou a suspensão temporária da aplicação do Acordo de Schengen em relação à Espanha, medida apoiada por Finlândia e Dinamarca, enquanto França e Portugal informaram que avaliavam a adoção de controles fronteiriços adicionais. Essas decisões provocaram críticas do governo espanhol, que afirmou ter restabelecido o controle da situação em menos de 48 horas e destacou que Ceuta não integra o espaço Schengen[4].

Representantes da Comissão Europeia reiteraram a necessidade de proteger as fronteiras externas da União Europeia e defenderam o fortalecimento da cooperação com Marrocos para conter novos deslocamentos. Outros governos europeus também manifestaram apoio à Espanha, solicitaram maior colaboração das autoridades marroquinas no controle das saídas irregulares e ressaltaram a importância de uma resposta coordenada entre os Estados-membros para preservar a política comum de migração e as regras de circulação no bloco.[3,4]

Além das respostas imediatas, a crise reacendeu o debate sobre a governança migratória na União Europeia, a dependência da cooperação com países vizinhos para o controle das fronteiras externas e a utilização dos fluxos migratórios como instrumento de pressão nas relações diplomáticas entre Estados. O episódio também reforçou a centralidade de Ceuta como uma das principais portas de entrada para migrantes em direção ao território europeu e evidenciou os desafios enfrentados pela União Europeia para conciliar segurança fronteiriça, cooperação internacional e gestão dos fluxos migratórios.[2,3,4]

Impactos políticos e pautas da extrema-direita nos desdobramentos da crise

A crise também evidenciou como episódios migratórios de grande escala podem ser rapidamente apropriados por diferentes atores políticos e utilizados como instrumento de disputa ideológica no contexto europeu. Enquanto o governo do primeiro-ministro socialista Pedro Sánchez concentrava seus esforços na contenção da crise e na manutenção da cooperação diplomática com Marrocos, lideranças e partidos da direita radical passaram a utilizar os acontecimentos para defender o endurecimento das políticas migratórias e o fortalecimento dos controles fronteiriços.

Na Itália, a primeira-ministra Giorgia Meloni suspendeu temporariamente a aplicação do Acordo de Schengen em relação à Espanha e associou a crise à política migratória do governo espanhol, transformando o episódio em um elemento central do debate político europeu, por sua vez, Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos, tratou o assunto como uma “tragédia”, exagerando em números e estatísticas e também nas razões desta crise, tornando novamente a questão migratória como uma pauta potencialmente eleitoral e distorcendo os fatos para benefício ideológico.[5]

Paralelamente, a ampla circulação de imagens e narrativas nas redes sociais contribuiu para intensificar a polarização em torno da migração, deslocando parte do debate público das causas estruturais dos deslocamentos humanos para discursos centrados na segurança e no controle das fronteiras, com pouca, ou nenhuma, preocupação pelas causas que levam aos fluxos migratórios e tampouco às populações em deslocamento. Estratégia amplamente utilizada pela extrema-direita para atacar migrantes e refugiados, inclusive levantando um debate a ser observado referente a ações orquestradas envolvendo fluxos migratórios para alimentação de discursos xenofóbicos e de ódio.

75 anos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados

Em 28 de julho de 2026, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados completou 75 anos, reafirmando sua importância como principal instrumento internacional de proteção às pessoas forçadas a deixar seus países em decorrência de perseguições, conflitos, guerras e graves violações de direitos humanos. No Brasil, a data coincide com a aproximação da marca de 1 milhão de pessoas em necessidade de proteção internacional. Segundo o ACNUR, o país abriga atualmente cerca de 977 mil pessoas nessa condição, entre refugiados reconhecidos e solicitantes de refúgio. A legislação brasileira destaca-se internacionalmente por adotar uma definição ampliada de refugiado, assegurar direitos civis e sociais e garantir o princípio da não devolução (non-refoulement)[6].

Elaborada no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados consolidou-se como um importante marco jurídico internacional. Ao longo de mais de sete décadas, esse instrumento tem orientado a resposta da comunidade

internacional a diferentes crises de deslocamento forçado, desde a reconstrução da Europa no pós-guerra até conflitos contemporâneos, como os do Afeganistão, Síria, Ucrânia e Sudão[7].

Atualmente, 149 Estados são partes da Convenção de 1951, do Protocolo de 1967 ou de ambos, evidenciando a ampla adesão ao regime internacional de proteção aos refugiados. Esses instrumentos estabelecem os critérios para o reconhecimento da condição de refugiado, definem os direitos assegurados a essa população e fixam as obrigações dos Estados em matéria de proteção internacional. Entre seus princípios estruturantes destaca-se o da não devolução (*non-refoulement*), que proíbe o retorno de pessoas a territórios onde suas vidas, liberdade ou integridade estejam ameaçadas por perseguição, tortura ou outras formas de grave violação de direitos humanos[7].

A permanência da relevância da Convenção decorre de sua capacidade de adaptação aos desafios contemporâneos. A evolução da jurisprudência internacional, das práticas estatais e das diretrizes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ampliou sua aplicação para situações envolvendo perseguição baseada em gênero, recrutamento forçado e deslocamentos marcados pela interação entre mudanças climáticas, conflitos armados e outras formas de violência[7].

Apesar da consolidação desse marco normativo, o sistema internacional de proteção enfrenta desafios crescentes. Em um contexto de intensificação dos conflitos armados e do aumento do deslocamento forçado, estimava-se que cerca de 41,6 milhões de refugiados permaneciam deslocados em 2025. A maior parte dessa população é acolhida por países de baixa e média renda, frequentemente submetidos a limitações econômicas e institucionais, enquanto parcela significativa permanece em situação de exílio prolongado[7].

Nesse cenário, organizações internacionais têm alertado para o crescimento de políticas restritivas de controle migratório, como devoluções sumárias (*pushbacks*), impedimentos de acesso ao território e retornos forçados, práticas que comprometem o exercício do direito de solicitar asilo. Assim, a Convenção de 1951 continua a oferecer o principal referencial jurídico para conciliar a gestão das fronteiras estatais com a garantia da proteção internacional às pessoas em situação de refúgio[7].

OIM e ACNUR manifestam preocupação após possível naufrágio de embarcações com mais de 500 pessoas na costa de Mianmar

Em julho de 2026, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) manifestaram preocupação diante de relatos sobre o possível naufrágio de duas embarcações que transportavam mais de 500 pessoas na costa de Mianmar. Segundo informações preliminares, os barcos haviam partido do estado de Rakhine, no final de junho, conduzindo majoritariamente pessoas da etnia rohingya, entre elas refugiados provenientes dos campos de Cox's Bazar, em Bangladesh[8].

De acordo com as informações divulgadas, uma das embarcações, com aproximadamente 250 passageiros, perdeu contato pouco depois da partida, enquanto a outra, que transportava cerca de 280 pessoas, teria naufragado em 8 de julho, próximo à costa da região de Ayeyarwady, em Mianmar. As travessias ocorreram em um período atípico para a navegação, caracterizado por condições marítimas mais adversas. Além disso, as fortes chuvas e as inundações registradas na região intensificaram os riscos da viagem, somando-se ao uso

recorrente de embarcações precárias e frequentemente superlotadas, inadequadas para a navegação em alto-mar[8,9].

As vítimas eram, predominantemente, pessoas da etnia Rohingya, originárias do estado de Rakhine, em Mianmar, grupo que há décadas é submetido a perseguições, discriminação e sucessivas violações de direitos humanos. Parte dos passageiros também havia deixado o campo de refugiados de Cox's Bazar, em Bangladesh, considerado o maior assentamento de refugiados do mundo, onde vivem aproximadamente um milhão de rohingyas que buscaram proteção após a escalada da violência em Mianmar, em 2017[9].

A deterioração das condições de vida nesse campo, agravada pela redução do financiamento internacional destinado à assistência humanitária, tem intensificado a vulnerabilidade dessa população e impulsionado um número crescente de pessoas a recorrer a rotas migratórias irregulares e de alto risco. Esse cenário evidencia os efeitos prolongados do deslocamento forçado e a ausência de soluções duradouras para a população rohingya[9].

O aumento dessas travessias também está relacionado à intensificação do conflito armado em Mianmar após o golpe militar de fevereiro de 2021. Relatórios recentes das Nações Unidas apontam que atores externos continuam fornecendo armamentos, munições, combustível de aviação e outros insumos de uso militar às forças armadas mianmarenses, contribuindo para a continuidade da violência e do deslocamento da população civil.

Para a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), os naufrágios também evidenciam a atuação de redes de contrabando e tráfico de pessoas, que exploram a vulnerabilidade de indivíduos em busca de proteção internacional. Diante desse contexto, as agências defendem o fortalecimento da cooperação regional e internacional, com a ampliação das operações de busca e salvamento, a garantia de acesso ao asilo e à proteção internacional e o enfrentamento das organizações criminosas responsáveis pela exploração dessas rotas migratórias, consideradas entre as mais letais do mundo[9].

Referências

1. EL PAÍS. **Ceuta afronta una crisis migratoria sin precedentes tras la entrada masiva de personas desde Marruecos**. Madrid: *El País*, 31 jul. 2026.
2. BBC NEWS BRASIL. **4 perguntas para entender a nova crise migratória em Ceuta, enclave espanhol na África**. BBC News Brasil, 31 jul. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c39edxdldxyo?xtor. Acesso em: 3 ago. 2026.
3. EL PAÍS. Cobertura especial sobre a crise migratória em Ceuta e as repercussões diplomáticas entre Espanha e Marrocos. Madrid: *El País*, 1 ago. 2026.
4. BBC NEWS BRASIL. **União Europeia convoca reunião de emergência para discutir a crise migratória em Ceuta**. BBC News Brasil, 1 ago. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4g65x1y140o. Acesso em: 3 ago. 2026.
5. BBC NEWS BRASIL. **Como a crise migratória na Espanha gerou uma tempestade política – alimentada pelas redes sociais**. BBC News Brasil, 2 ago. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2kp639yx4o. Acesso em: 3 ago. 2026.
6. CNN BRASIL. **Convenção dos Refugiados completa 75 anos; Brasil acolhe quase 1 milhão**. São Paulo: CNN Brasil, 28 jul. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/convencao-dos-refugiados-completa-75-anos-brasil-acolhe-quase-1-milhao/. Acesso em: 31 jul. 2026.

7. ACNUR. **75 anos: Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados continua sendo um salva-vidas para milhões de pessoas**. Brasília: ACNUR Brasil, 24 jul. 2026. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/75-anos-convencao-sobre-o-estatuto-dos-refugiados. Acesso em: 31 jul. 2026.
8. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM); ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **La OIM y el ACNUR profundamente preocupados por incidentes marítimos frente a Myanmar: más de 500 personas habrían fallecido**. Genebra: OIM, 16 jul. 2026. Disponível em: https://www.iom.int/es/news/la-oim-y-el-acnur-profundamente-preocupados-por-incidentes-maritimos-frente-myanmar-mas-de-500-personas-habrian-fallecido. Acesso em: 31 jul. 2026.
9. NAÇÕES UNIDAS. **População migrante e refugiada contribui para as sociedades que a acolhem, apontam estudos**. *ONU News*, 17 jul. 2026. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2026/07/1853750. Acesso em: 31 jul. 2026

.